



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
ICED – INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

VIVIAN ALBUQUERQUE DE MELO SILVA

**O LUGAR DA LITERATURA INFANTIL NA BASE NACIONAL COMUM CURRI-
CULAR**

SANTARÉM - PA

2024

VIVIAN ALBUQUERQUE DE MELO SILVA

**O LUGAR DA LITERATURA INFANTIL NA BASE NACIONAL COMUM CURRI-
CULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Licenciatura Plena em Pedagogia, para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia: Universidade Federal do Oeste do Pará. Instituto de Ciências da Educação. Orientadora Prof.^a Dra. Maria Fátima Sousa Lima

SANTARÉM – PARÁ

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/Ufopa

- S586l Silva, Vivian Albuquerque de Melo
O lugar da literatura infantil na base nacional comum curricular./ Vivian Albuquerque de Melo Silva. – Santarém, 2024.
37 p.: il.
Inclui bibliografias.
- Orientador: Maria de Fátima Sousa Lima.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Licenciatura em Pedagogia.
1. Literatura infantil. 2. Educação infantil. 3. Contação de histórias. I. Lima, Maria de Fátima Sousa, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 372.60981

VIVIAN ALBUQUERQUE DE MELO SILVA

O LUGAR DA LITERATURA INFANTIL NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia: Universidade Federal do Oeste do Pará. Instituto de Ciências da Educação.
Orientadora Prof.^a Dra. Maria Fátima Sousa Lima

Conceito: _____

Data de Aprovação ____/____/____

Prof.^a Dra. Maria de Fátima Sousa Lima – Orientadora

Prof.^a Dra. Terezinha de Jesus Dias Pacheco

Prof.^a Rayane Carneiro da Silva

Acima de tudo, agradeço a Deus por mais esta realização, sem Ele eu não teria capacidade de desenvolver este trabalho. Dedico também à família Albuquerque, ao meu filho Luiz Danilo e ao meu noivo Iago Xavier, que me apoiaram nessa trajetória.

RESUMO

O trabalho, intitulado O lugar da Literatura na Base Nacional Comum Curricular, traz uma análise que aborda a Literatura Infantil a partir do diálogo entre critérios pedagógicos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Educação Infantil. O interesse pela temática surgiu a partir da observação nas rotinas na sala de aula através dos estágios, onde percebeu-se que alguns profissionais demonstraram dificuldades ou pouco interesse em manusear livros literários. Trata-se de uma análise que protagoniza o leitor infantil em formação e o lugar da literatura no documento que norteia a educação do país. Procura-se responder as questões norteadoras: De acordo com a BNCC, como a literatura deve fazer parte do cotidiano escolar? Quais as implicações dessas para a organização na educação infantil? Busca identificar e analisar as propostas e o conteúdo da literatura abordados na BNCC e compará-los com o que os escritores como especializados debatem na área. Utilizou-se a metodologia bibliográfica, onde destaca-se como aporte teórico autores como Zilberman (2014), Lajolo e Zilberman (2007), Khéde (1986), Faria (2021), Klein (2018). Analisou também autores destaques nacionais na literatura infantil, como Monteiro Lobato, Graciliano Ramos, Erico Veríssimo e Viriato Correia. O trabalho é dividido em duas partes, a primeira apresenta os conceitos da Literatura em um contexto geral até a Literatura Infantil Brasileira, entre importantes autores e obras do mundo literário. A segunda é elaborada a partir da BNCC, seu conceito, aspectos históricos, propostas e competências para a educação básica, seguido de uma análise traçada entre a BNCC e a Literatura Infantil. Ao final, compreende-se que a BNCC não direciona especificamente como deve ocorrer o desenvolvimento do campo literário e não especifica os métodos que serão utilizados para que estimule a linguagem oral e ampliem a capacidade criativa. Desse modo, a BNCC não apresenta de forma clara, como pode estimular as crianças para se interessar por livros e como formar futuros leitores. O aporte teórico norteia de forma indireta, cabe ao professor buscar estratégias e metodologias para desempenhar essa função e apresentar ao educando o encanto e a grandiosidade que é o mundo literário.

Palavras-chave: Literatura Infantil. Educação Infantil. Contação de histórias. BNCC

ABSTRACT

The work, entitled *The place of Literature in the National Common Curricular Base*, presents an analysis that addresses Children's Literature based on the dialogue between pedagogical criteria of the National Common Curricular Base (BNCC) and Early Childhood education. The interest in the subject arose from observation of classroom routines through internships, where it was noticed that some professionals demonstrated difficulties or little interest in handling literary books. This is an analysis that focuses on the child reader in training and the place of literature in the document that guides the country's education. We seek to answer the guiding questions: According to the BNCC, how should literature be part of everyday school life? What are the implications of these for the organization of early childhood education? It seeks to identify and analyze the proposals and content of the literature covered in the BNCC and compare them with what specialized writers debate in the area. The bibliographic methodology was used, where authors such as Zilberman (2014), Lajolo and Zilberman (2007), Khéde (1986), Faria (2021), Klein (2018) stand out as theoretical contributions. It also analyzed nationally prominent authors in children's literature, such as Monteiro Lobato, Graciliano Ramos, Erico Veríssimo and Viriato Correia. The work is divided into two parts, the first presents the concepts of Literature in a general context up to Brazilian Children's Literature, among important authors and works from the literature world. The second is drawn from the BNCC, its concept, historical aspects, proposals and competencies for basic education, followed by an analysis drawn between the BNCC and Children's Literature. In the end, it is understood that the BNCC does not specifically direct how the development of the literary field should occur and does not specify the methods that will be used to stimulate oral language and expand creative capacity. Therefore, the Base does not clearly present how children can be encouraged to become interested in books and how to train future readers. The theoretical support guides indirectly, it is up to the teacher to seek strategies and methodologies to perform this function and present to the student the charm and grandeur that is the literary word.

Keywords: Children's Literature. Early Childhood Education. Storytelling. BNCC

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
PARTE I - COMPREENDENDO OS CONCEITOS DE LITERATURA	9
1.1 - Literatura Infantil Brasileira.....	11
1.2 -Lobato, Ramos e Veríssimo, os patriarcas da Literatura Infantil Brasileira.....	13
1.3 O livro junto de outras artes.....	16
PARTE II - BNCC E A LITERATURA.....	18
2.1 Aspectos históricos	19
2.2 BNCC como um farol para a educação	22
2.3 As competências gerais da educação básica.....	24
2.4 ANÁLISE DA BNCC E A LITERATURA INFANTIL	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS.....	34
ANEXO.....	36

INTRODUÇÃO

A leitura é um dos aspectos formadores do ser humano, desde a pequena infância ao mundo adulto somos apresentados a uma variedade de livros que nos apresentam, de diferentes formas, o mundo em que vivemos, mexem e incentivam a imaginação, estimulam a curiosidade, despertam o interesse por uma variedade de aspectos.

A literatura infantil pode ser descrita como uma introdução, ou seja, o primeiro acesso ao mundo da leitura, pois é ainda em seus anos iniciais que as crianças têm seu primeiro contato com este mundo.

A Base Nacional Comum Curricular- BNCC- é um documento que direciona as aprendizagens essenciais que devem ser trabalhadas nas escolas, tanto das instituições públicas, quanto das instituições privadas de ensino, desde a educação infantil até o ensino médio, norteia as práticas pedagógicas com o intuito de reduzir as desigualdades e promover a qualidade de ensino. A leitura associada à literatura pode ser conceituada como uma prática social, na BNCC ela aparece no campo artístico-literário, sendo contemplada não de modo individual, mas de modo transversal, articulada ao componente curricular de Língua Portuguesa. No contexto da BNCC das séries iniciais temos a preocupação de verificar o lugar da literatura infanto-juvenil pautado na sua extrema importância na formação de leitores, formação essa que inicia a infância e prossegue por toda a sua vida.

O presente estudo apresenta uma pesquisa bibliográfica, estabelecendo uma relação entre literatura e ensino. A pesquisa é esse procedimento de busca por respostas que colaborem com na resolução de uma problemática social. Minayo (1994) afirma que o pesquisador tem uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. Para a autora, ao realizar as atividades de aproximação sucessivas das realidades, é apresentada uma carga histórica que reflete posições frente à sociedade.

Lima e Miotto (2007) afirmam que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que não deve ser aleatório. Para as autoras, trata-se de um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar,

especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas. (p. 43)

Pizzani et. al (2012) aponta a pesquisa bibliográfica como a revisão de literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico, onde o levantamento bibliográfico pode ser realizado em “[...] livros, periódicos, artigo de jornais, sites de internet entre outras fontes.” (p.54)

Recorreu-se as legislações referentes à temática e como aporte teórico baseia-se em autores como Zilberman (2014), Lajolo e Zilberman (2007), Khéde (1986), Faria (2021), Klein (2018). Analisou também autores destaques nacionais na literatura infantil, como Monteiro Lobato, Graciliano Ramos, Erico Veríssimo e Viriato Correia.

A pesquisa foi motivada pela observação nas rotinas na sala de aula através dos estágios. Notou-se que alguns profissionais demonstraram dificuldades ou pouco interesse em manusear livros literários, diminuindo ou quase eliminando a contação de histórias no ambiente educacional. Por isso torna-se relevante uma análise situando a literatura na BNCC e suas possíveis articulações e práticas nos educandários, de modo que o resultado alcançado possa trazer contribuições teóricas a partir dessa discussão e contribua com a prática.

O tema em questão “O lugar da literatura infantil na BNCC” resulta do objetivo geral de analisar a proposta da BNCC em relação à literatura infantil. Como objetivos específicos propõem-se: a) Descrever as características e funções da literatura infantil na BNCC, b) Analisar de que forma a literatura contribui no desenvolvimento e formação do leitor, c) Averiguar de que forma a literatura deve ser inserida no contexto escolar. As questões que norteiam essa pesquisa são: Como a literatura é apresentada na BNCC? De que forma a literatura deve fazer parte do cotidiano escolar? Quais as implicações dessas para a organização na educação infantil?

Para investigar o problema da pesquisa buscamos identificar e analisar o procedimento didático de literatura infantil na BNCC, comparando-as com as sugestões pedagógicas de especialistas baseadas em pesquisas sobre o assunto, tendo em vista, a compreensão de como este documento estabelece o método que utiliza em sua proposta de ensino.

Na primeira parte é apresentado os conceitos da Literatura em um contexto geral até a Literatura Infantil Brasileira. Apresenta de forma sucinta os três autores que são considerados patriarcas desta Literatura, Lobato, Ramos e Veríssimo e ex-

põe também algumas obras importantes, enfatizando a importância do uso de livros como recurso fundamental no mundo literário.

A segunda parte é desenvolvida a partir da Base Nacional Comum Curricular, seu conceito, aspectos históricos, propostas e competências para a educação básica. Seguido de uma análise traçada entre a BNCC e a Literatura Infantil.

Conclui-se que a importância do trabalho, quais as contribuições que essa temática traz para a comunidade, tanto para o meio acadêmico quanto para os profissionais que já exercem a profissão, porém, necessitam de um suporte teórico que subsidie sua prática.

PARTE I - COMPREENDENDO OS CONCEITOS DE LITERATURA

A literatura infantil é um meio que leva a criança a expandir a imaginação, emoções e sentimentos de forma lúdica e criativa. O conceito de infância foi mudando ao longo do tempo. Na idade média não havia um conceito de infância e nem especificidade para ela, as crianças eram tratadas como adultos em miniaturas, que trabalhavam e se vestiam como os adultos. Aries (1981) descreve que a criança era, portanto, diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais.

Klein (2018) descreve que no final do século XVIII, com o conceito de criança alterado, a magia da literatura infantil surge para vencer as resistências da condição mercadológica do livro e obter espaço através das versões e adaptações estrangeiras que inspiram os contos de fada vistos atualmente. Atualmente, pensar em criança, nos remete a ideia de educação e é nesse sentido que essa pesquisa está voltada para análise documental da BNCC (BRASIL, 2018) que estabelece competências e habilidades voltadas para a formação educacional.

Tendo como referência os estudos de Lajolo e Zilberman (2014), que abordam o surgimento da literatura no Brasil, desde dos primórdios até a atualidade, estabeleceu-se a concepção de literatura apoiada nas pesquisas de Khéde (1986) que enunciou a importância da leitura literária para a constituição do leitor crítico. Fernando Pessoa, escritor português, em uma de suas tantas frases afirmava que “a literatura, como toda arte, é uma confissão”. Essas e tantas outras frases de efeito fazem com que a literatura assuma um papel além daquele que ela expressa ter nos bancos escolares, ela passa a ser algo a mais.

Por texto Literário podemos entender o escrito que traz significado de pertencer à literatura. Sendo assim, quando se analisa um texto, devemos levar em conta se ele manifesta uma ideia escrita em linguagem elaborada de forma a causar emoções no leitor.

Assim pode se dizer que a obra literária é fruto de uma escrita elaborada e peculiar. A linguagem elaborada – artística – descreve um universo todo específico de cada autor, e, portanto, desconhecido do leitor. O autor ao elaborar seu texto cria para ele um “folclore”¹ novo, uma cosmologia diferenciada, nesse lugar seus personagens vão ter a possibilidade de enfrentar as mais diversas adversidades, sempre transcendendo o imaginário, seja ele infantil ou mesmo o adulto.

Faria (2021) faz uma comparação sobre o texto literário e o não literário elencando alguns pontos que diferenciam um do outro.

Os textos funcionais são monossêmicos, ou seja, pela sua funcionalidade, objetivos ou destinação, apresentam um só sentido. Numa receita de preparação de alimentos, nas instruções de uso de aparelhos, por exemplo, temos que seguir as indicações para chegar ao resultado desejado. Trata-se, portanto, de textos funcionais. O mesmo pode-se dizer de documentos como certidões, contratos etc., e também dos livros sobre ciências, história, geografia e outros do gênero, destinados as crianças. Já o texto literário é polissêmico, pois sua leitura provoca no leitor reações diversas, que vão do prazer emocional ao intelectual. Além de simplesmente fornecer informação sobre diferentes temas – históricos, sociais, existenciais e éticos, por exemplo -, eles também oferecem vários outros tipos de satisfação ao leitor: adquirir conhecimentos variados, viver situações existenciais, entrar em contato com novas ideias etc. (2021, p. 12)

O texto literário deve acima de tudo, ter uma função poética, ou seja, uma função estética dentro de um estilo próprio de cada escritor. Esse estilo ajuda para que cada obra desenvolva uma relação/interação do autor para com seus leitores. Essa relação é desenvolvida a partir da escrita que estabelece uma musicalidade e ritmo ao texto, organizando frases e parágrafos de forma a tocar a sensibilidade de quem os lê.

É por meio desses mecanismos que as obras literárias caem no “gosto das pessoas”, assim passa-se o tempo, mas elas não caem no esquecimento, pois a partir da sua publicitação passam a servir como base para outros textos, exemplo temos Romeu e Julieta, do escritor William Shakespeare, poeta e dramaturgo inglês.

¹ Expressão referente ao conjunto de crenças, mitos, histórias populares, lendas, tradições e costumes transmitidos de uma geração para outra integrando a cultura de determinado povo.

Por isso, quando se busca teorizar textos literários, fatores como manifestação artística, cultural e social são levados em conta diversos aspectos, pois buscam retratar a sociedade que o escritor viveu ou vive, por exemplo, quando pensamos no livro *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, ele retrata as diferentes classes sociais no Rio de Janeiro do século XIX.

O texto literário deve ser ficcional, ou seja, deve ter uma cosmologia própria. Exemplos de textos com fatos próprios e autores que trabalham com esta lógica, temos Monteiro Lobato, com a sua obra mais conhecida: *O sítio do Pica pau Amarelo*. Nesse sítio o mundo é ele, sendo habitado por seres que não existem no mundo real, como a personagem Emília, uma boneca falante, ou mesmo o Visconde de Sabugosa que nada mais é do que um boneco feito de sabugo de milho, detentor de uma grande sabedoria vinda dos livros que leu na estante de Dona Benta. Outro escritor que pode se citar como possuidor de um universo próprio em seus livros é Eduardo Sporch, em sua obra mais conhecida “*A batalha do Apocalipse*” que é seguida pelos livros *Filhos do Édem I e II*, ele retrata um mundo habitado não apenas por humanos, mas também por anjos e demônios que travam uma guerra milenar.

Assim os textos de teor literário também buscam usar das figuras de linguagem com subjetividade, conotação, quando ultrapassam a coesão da racionalidade eles precisam demonstrar isso em suas linhas e entrelinhas.

Todavia, Faria (2021) conclui seu raciocínio afirmando que quando se questiona sobre o que é literatura de fato não se tem uma resposta única e definitiva. Portanto, mesmo que possamos apontar tópicos que diferencie um texto literário de um normal, ainda assim, os teóricos não possuem uma visão convencionalizada do assunto.

1.1 - Literatura Infantil Brasileira

De acordo com Lajolo e Zilberman (2007) a literatura infantil precisou sacramentar seu surgimento em meio a transformações sociais e culturais dos séculos XVIII e XIX, em um momento que transformou enredos que até então voltados para adultos em formatos aprazíveis, solidificados em clássicos do gênero. Ao que hoje parece ser um gênero literário consolidado, no cotidiano, não poderia passar despercebido todo o trajeto percorrido a atualidade.

Pode se dizer que as abordagens não economizaram esforços no desenvolvimento da produção literária infantil no Brasil, desde o aparecimento de obras ori-

undas da Europa, que eram importações lusitanas e francesas, reproduções sem qualquer sutilidade para as especificidades da cultura local. Desse modo, de acordo com as autoras, percebe-se que as traduções de obras importadas da Europa não eram somente moldadas ao público brasileiro, mas como um modelo de “patriotismo” envolvendo conceitos de honra, moralidade, superação e valorização do seio familiar.

De acordo com Medeiros (et. al) 2019, as primeiras publicações para o público infantil surgiram na primeira metade do século XVIII, anteriormente, no classicismo francês do século XVII foram produzidos textos que teriam sido descritos como adequados para crianças, como as Fábulas de La Fontaine, obras de Fénelon e Charles Perrault, considerado o percurso pelo surgimento da literatura infantil ao objetivar histórias até então de origem popular em produções literárias voltadas para as crianças.

Lajolo e Zilberman (2007) descrevem que, com o final da monarquia e instituição da república, a industrialização foi a responsável para abertura dessa nova forma de comercialização de obras infantis da Europa, o Brasil é compensado pela movimentação cultural que surge com o novo regime, também pela mudança da mão de obra com a abolição da escravidão e pela asserção da monocultura de café como base econômica para promover mudanças no final do século XIX e início do século XX. Dessa forma, abrem caminhos para afirmação da literatura infantil no Brasil, primeiro com o surgimento da literatura infantil, segundo, com as desvinculações das produções literárias então existentes, para se solidificar como gênero literário independente e reconhecido.

As autoras descrevem um pouco do contexto histórico onde a modernização é reconhecida através de Monteiro Lobato, escritor, empresário, visto como visionário, sendo responsável a eclosão de obras infantis, em um período que havia poucas editoras disponível e na maioria , exportavam e reproduziam modelos vindos da Europa. Ao transcrever as obras de Lobato, observa-se a eclosão de novos escritores de literatura infantil. A revolução de 30 e o movimento da Escola Nova ganham espaço de destaque nesse período de evolução, principalmente pela a necessidade de instruir uma camada de novos trabalhadores vindos através do êxodo rural, que aconteciam pelas mudanças econômicas, político e sociais que ocorriam nessa fase.

As obras infantis de Lobato representam o universo campesino, Secco e Marchesan (2021) o descrevem como visionário:

Sendo responsável ao mesmo tempo por transcrever uma realidade rural verossímil ao que de fato era as suas obras infantis, como também grande empresário e semeador editorial, em época na qual poucas eram as editoras disponíveis e em sua maioria, apenas tentativas de reproduzir modelos advindos da Europa. (p.4)

As mudanças ocorridas ao longo desses períodos ampliavam o uso da literatura infantil o disseminando como um instrumento didático e também cultural.

1.2 -Lobato, Ramos e Veríssimo, os patriarcas da Literatura Infantil Brasileira.

O Brasil é um país de dimensões continentais e de origem miscigenada, pois foi povoado por indígenas, negros e brancos. Por possuir essa variedade cultural, possui inúmeras histórias, que são passadas de geração em geração em forma de escrita e também pela oralidade. Por isso, quando o país passa a ter escritores infantis buscando escrever histórias genuinamente brasileiras devemos ter em mente que um dos caminhos abordados é o folclore. O folclore, segundo Zilberman (2014) desde o começo da literatura infantil brasileira, é um dos tesouros que os escritores buscaram quando queriam produzir textos capazes de atrair o novo público.

Nesse contexto de buscar escrever histórias que abordassem as temáticas brasileiras quatro nomes vão ter destaque: Monteiro Lobato, Graciliano Ramos, Eri-co Veríssimo e Viriato Correia.

Zilberman (1981) afirma que Monteiro Lobato, ao aproveitar a tradição folclórica rompe com os padrões literários vindos da Europa. Assim, o Sítio do pica pau amarelo traz uma abordagem esperançosa para o futuro do país na época, pois ao passo que o sítio começa a ter problemas com as colheitas de café, e passa a ser explorador por petróleo. Alguns pontos devem ser destacados nesse contexto, o nome Dona Benta vem de José Bento, nome de Monteiro Lobato – José Bento Rento Monteiro Lobato. Outro ponto que chama atenção é o fato de que a riqueza do sítio após começar a ter problemas com a produção de café e vem da exploração de petróleo. Essa mudança de produção de matéria prima vem da ideia de que sendo o escritor ufanista, ele acreditava que o Brasil só passaria a ser um país rico e desenvolvido após abandonar sua agricultura atrasada e não mais competitiva no mercado internacional, para começar a explorar as reservas de petróleo.

Ao mesmo tempo que lemos uma história infantil, acredita-se que era desejo de Monteiro Lobato fazer uma escritura para que as crianças começassem desde cedo a ter uma noção política dos problemas do país.

Outro ponto de destaque é a personagem Dona Benta, pois sendo ela uma mulher moderna que busca sempre se atualizar dos problemas da sociedade e da economia, acaba tendo uma relação com o coronel Teodorico ou coronel Timbó, personagem do sítio que é um homem conservador que de nenhuma forma busca se atualizar das modernidades, a todo custo tenta comprar o sítio de Dona Benta, assim a narração demonstra a relação do país para com aqueles que de alguma forma buscam o desenvolver.

Buscando fazer uma menção as histórias contadas pelo folclore nacional e passadas de forma oral temos a personagem da tia Nastácia. Comentários sobre a personagem são necessários, pois mesmo a personagem servindo para incorporar aos textos as histórias do folclore nacional, ela também pode ser vista como a negra que se adaptou a sua condição de serviçal da casa, não fazendo nenhum questionamento sobre a sua condição dentro do núcleo familiar.

De acordo com Zilberman (2014) Graciliano Ramos destaca sua trajetória nos escritos infantis após já ter lançado livros para o público adulto. Ramos chega ao cenário da literatura infantil de forma inusitada, foi por meio de um concurso literário realizado pelo Ministério da educação que ele escreve a história “A terra dos meninos pelados”.

Quando Graciliano Ramos decidiu escrever livros para crianças, ele já era um romancista aclamado pela crítica e pelo público nacional. Pelo menos duas criações importantes já tinham sido lançadas, S. Bernardo, de 1934, e Angústia, de 1936, obras que, sozinhas, bastariam para afiançar ao autor alagoano um lugar no panteão dos grandes nomes da nossa literatura. (p. 38)

No livro A terra dos meninos pelados, Graciliano Ramos apresenta um personagem chamado Raimundo. Este possuía um problema em seus olhos, pois um, era extremamente preto, enquanto o outro era azul, além de ter a cabeça raspada. Durante a narração o garoto chega a um lugar onde todos tem as mesmas características dele. Pois na sociedade em que vivia acaba por sofrer muita discriminação por ser “diferente”. Assim o texto pode ser considerado como uma narrativa que faz uma abordagem das discriminações, em que as crianças muitas vezes acabam tendo por terem características diferentes das demais.

Essa crítica também pode ser vista como uma forma do autor denunciar as mazelas sociais do país, pois não tendo as características da sociedade dominante o personagem é excluído da sociedade. Mas após conhecer pessoas semelhantes a ele, o personagem tem a oportunidade de melhorar de vida, fazendo um processo de autoafirmação. Também vai produzir duas outras obras brilhantes, a saber Pequena história da república, Zilberman (2014) nos leva a perceber que o uso da palavra pequena vem justamente para atrair um público leitor mais infantil, pois ao conhecer o texto o leitor percebe que ele trata de assuntos complexos da sociedade, assim como o contexto histórico que ele foi escrito, em plena ditadura de Getúlio Vargas.

Erico Veríssimo, escritor gaúcho, não era tão conhecido por escrever histórias infantis, porém suas obras voltadas para o público infantil são tomadas de aventuras e de lugares fascinantes. Todas elas trazem um tema qual quer ensinar algo para o leitor ouvinte. (PIOVESAN e NIEDARAUER. 2003). As autoras, assim o descrevem:

Érico criou um universo ficcional em que há o predomínio da aventura e ações, garantindo a leitura de suas narrativas que é uma sucessão de ações, já apontadas pelos títulos de seus livros: aventura, vida e viagem são constantes, o que remete a um mundo em movimento. A ação é desenvolvida na medida em que os personagens vencem os espaços e crescem com os acúmulos de experiências. (p.8)

Veríssimo optou por escrever histórias com animais. Seus livros Aventuras do avião vermelho (1936); O urso com música na barriga (1938); A vida do elefante Basílio (1939), Os três porquinhos pobres (1936). Essa decisão de escrever histórias com personagens animais vem pois em geral eles são bem aceitos pelo público infantil, exemplo disso é o personagem Mickey Mouse e tantos outros produzidos pela Walt Disney desde 1930.

Diferente dos outros escritores ele busca assuntos menos fantásticos, como por exemplo, em seu livro Viagem à aurora do mundo (1939) o autor busca escrever para o público infantil um texto de interesse científico. Assim percebemos que a literatura infantil busca apresentar aos seus leitores mirins tanto assuntos, políticos, sociais e mesmo científicos.

É no livro A vida de Joana D'arc (1935) que ele irá apresentar uma biografia da líder francesa. Nesta obra infantil são enfatizados os valores libertários para pro-

moção de um desenvolvimento do país, pois quando apresenta a história de uma líder francesa ajudando seu país a se libertar das garras da Inglaterra.

Nas obras infantis dos três autores percebe-se uma forte expressão de tratar assuntos complexos, em especial políticos e sociais. Assim diferente das histórias infantis europeias que em geral apresentam a abordagem de assuntos moralistas, os textos brasileiros vão apresentar temas mais cotidianos.

Mesmo depois de vários anos e obras publicadas o fenômeno da literatura infantil ainda faz com que a cada ano novos títulos sejam publicados. As novas obras trazem novos assuntos a serem apresentados, trazem mundos e novos enredos para suas linhas e entrelinhas, abrangendo temáticas que abordam temas mais contemporâneos.

1.3 O livro junto de outras artes

Quando lemos uma obra clássica, ela é uma arte, a chamada arte literária, da mesma forma, quando vemos uma fotografia, um filme. Eles fazem parte do círculo das artes. Que a saber são onze tipos: Música, Dança, Pintura, escultura, Teatro, Literatura, Cinema, Fotografia, histórias em quadrinhos, jogos eletrônicos e arte digital. Como afirmar Faria (2021):

Um dos aspectos fundamentais da arte é, no entanto, a tentativa dos artistas de “segurar” ou “fixar” o tempo, aprisionando-o por meio do som (música, ruído), da palavra (literatura oral e escrita) e da imagem (pintura, escultura, cinema, televisão, fotografia, ilustrações. (p. 55)

Por isso, a grande novidade dos livros infantis atuais é justamente eles fazerem uma junção de vários elementos artísticos. Assim surge o conceito de livro de imagem. Algumas observações a esse tipo de livro são fundamentais tais como:

Primeira, por se tratar de livros para crianças que ainda não foram alfabetizadas, em geral, eles não contem palavras, são imagens sobrepostas que expressam as informações, assim como por exemplo na imagem abaixo.

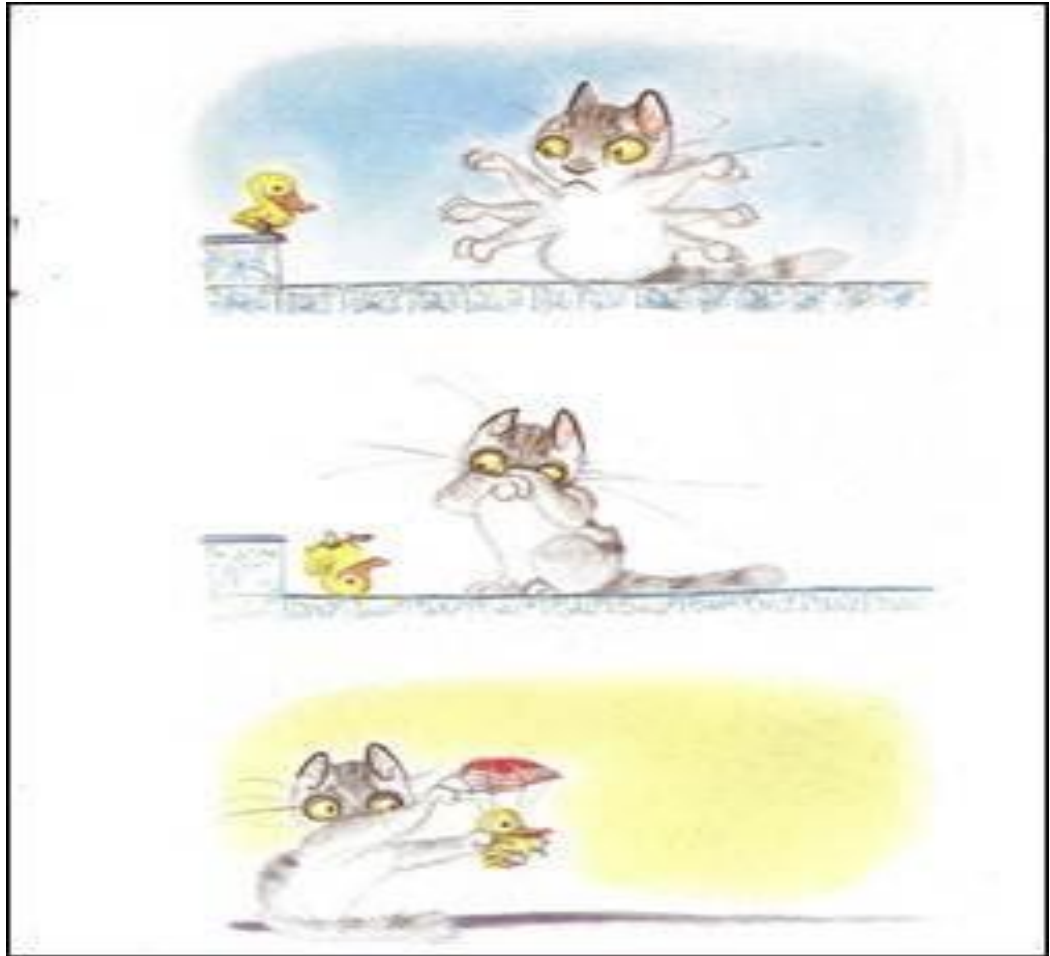


Imagem 1: página do livro extraída da internet. Livro o gato Viriato.

A imagem extraída do livro *O gato Viriato*, personagem criado por Roger Mello, mostra a relação do gato com seu pet de estimação – na história o gato encontra um ovo, na manhã seguinte o ovo acaba se tornando um patinho – tentando ensinar ele a voar, assim vemos no primeiro quadrinho ele batendo as patas como que ensinando a voar. No segundo o patinho parece pular do lugar mais alto, entretanto por não possuir a capacidade de voar ele acaba caindo. Por último o gatinho coloca uma espécie de paraquedas no pato para que assim ele possa alçar voo sem se machucar.

Dessa forma, podemos perceber que mesmo não tendo uma palavra sequer, acaba por passar muita informação. Levando para o contexto de sala de aula, pode-se entender que mesmo os alunos não sabendo ler acabam extraíndo conhecimento das imagens do livro é uma educação lúdica servindo para os pequenos alunos:

o ilustrador de livros para crianças encontra uma dificuldade adicional e bastante específica: ele “desenha para um público bem determinada, não somente sem experiências da realidade plástica, como com estruturas mentais particulares” (DURAND & BETRAND). Por isso, sua tarefa exige não apenas competência artística, mas também a necessária sensibilidade para se fazer entender pelas crianças, mesmo as mais pequenas.” (FARIA 2021, p. 57)

Ainda sobre o livro que mesclar elementos da pintura com literatura, Ricardo Azevedo, escritor, ilustrador e pesquisador brasileiro, afirma que esta é uma forma literária da literatura infantil ainda pouco utilizada. As imagens apresentam um potencial riquíssimo para ser explorado pelo profissional da educação.

As narrativas no livro de imagem vão utilizando recursos de outras artes, como cinema e pintura. Porém a narração será diferente do texto escrito, pois enquanto o primeiro vai ter uma ordem cronológica dos fatos, o segundo vai ter uma ordem fragmentada, pois cada quadro vai apresentar um espaço. Assim, precisa ter uma ligação com o outro para que seja entendida a história.

Faria (2021) cita outros autores que exploram essa modalidade de narrativa como: Eva Furnari com a história da bruxinha atrapalhada (1985); Roger Mello com o gato Viriato (1993), Angelo Lago, com a história outra vez (1984). É possível perceber que enquanto os pioneiros aproveitaram para escrever histórias para as crianças aproveitando assuntos políticos e sociais, os autores infantis modernos acabam por buscar mais conteúdos abstratos para seus alunos, sendo mais focados não em uma compreensão do texto, mas sim da sua interpretação.

Assim podemos perceber que os pioneiros deixaram um campo riquíssimo para a exploração por parte de novos escritores, sendo papel fundamental a apreciação desses livros em sala de aula, por isso no próximo tópico iremos analisar como a Base Nacional Comum Curricular foi estruturada para então contribuir para a expansão do acesso de leitura a essas obras.

PARTE II - BNCC E A LITERATURA

Referente ao histórico da BNCC, Castro (2000) diz que na passagem para o século XXI, surge em âmbito internacional, um novo paradigma de organização pedagógica e curricular em que os processos avaliativos são os instrumentos essenciais de gestão. Desde 1995, o Sistema de Avaliação Básica (SAEB) e os PCN's

trouxeram orientações sobre os conteúdos e os resultados da escolaridade básica. Em 1998 foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais, que apesar de obrigatórias, não impactaram as escolas. E 2007, tivemos a aplicação do censo através do Saeb/ Prova Brasil e também a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB-. Em 2014 o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) converteu a Base Nacional Comum Curricular em uma importantíssima estratégia para cumprir suas metas.

2 1 Aspectos históricos

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que define o conjunto progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). Apesar dos debates acerca da BNCC terem sido mais propagados a partir de 2015, a BNCC já estava prevista tanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação/96 – LDB- quanto no Plano Nacional de Educação/2014 – PNE.

No ano de 1986, a LDB estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, abrangendo os processos formativos que se desenvolvem nas relações sociais dos estudantes, como em sua vida familiar, nas instituições de ensino e pesquisa, nas organizações da sociedade civil, nas manifestações culturais e no mundo do trabalho.

No capítulo II, Seção I, Artigo 26, a LDB determina que os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter Base Nacional Comum Curricular, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Já em 2014, o PNE determinou as metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. Dentre as suas diretrizes, são apresentadas a necessidade superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; a melhoria da qualidade da educação; a formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; a

promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; a valorização dos(as) profissionais da educação.

Nas estratégias 2.1, 2.2, 3.2 e 3.3 do PNE, reforça a necessidade de assegurar um pacto entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, voltado à consolidação dos direitos e objetivos de aprendizagem, e o desenvolvimento da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica.

Dessa forma, tendo como referência a LDB e o PNE, desde 2015, a elaboração da BNCC vem sendo conduzida pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (UNDIME) e pelo Ministério da Educação (MEC), contando também com a participação de organizações da sociedade civil, especialmente de educadores por meio de consultas públicas.

A parte referente à Educação Infantil e Ensino Fundamental foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo MEC em dezembro de 2017. Porém ressalta que a parte referente ao Ensino Médio foi aprovada pelo CNE em dezembro de 2018. Após homologação pelo MEC, o documento entrou em vigor dando um tempo hábil para que as instituições de adequassem à BNCC.

Ao estabelecer as regras, diretrizes para as atividades e trabalhos, de maneira envolvendo um conjunto de normas, especificações técnicas, códigos de práticas e regulamentos. Com isso, assegura aos educandos os direitos de aprendizagem e desenvolvimento conforme preconiza o Plano Nacional de Educação (PNE). A BNCC (2018) afirma que:

Documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). "(MEC, BRASIL, p. 7,2018)

A elaboração da BNCC não foi realizada em pouco tempo, na verdade, mesmo havendo um grande anseio por parte da sociedade educacional, ela faz parte do processo de redemocratização do país, como pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro I

Eventos importantes para criação da BNCC	
1988	Promulgada a Constituição Federal: a criação de uma Base Nacional Comum, com a fixação de conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, é prevista no artigo 210.
1996	A Lei das Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Básica é aprovada e reforça a necessidade de uma base nacional comum.
1997 à 2000	Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram consolidados em partes: 1º ao 5º ano em 1997; 6º ao 9º ano em 1998; e, em 2000, foram lançados os PCNs para o Ensino Médio.
2010 à 2012	Novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) orientadas para o planejamento curricular das escolas e sistemas de ensino, as resoluções validam para a Educação Infantil e os Ensinos Fundamental e Médio.
2014	Plano Nacional de Educação (PNE) – A Lei n. 13.005, de 2014, instituiu o PNE com vigência de dez anos. São vinte metas para melhorar a qualidade da Educação Básica, sendo que quatro delas tratam da Base Nacional Comum Curricular.
2015	A Portaria nº 592 de 17 de junho de 2015 institui a Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da BNCC. Em outubro, tem início a consulta pública para a construção da primeira versão da BNCC com contribuições da sociedade civil, de organizações e entidades científicas.
2016	Em março, após 12 milhões de contribuições, a primeira versão do documento é finalizada. Em junho, seminários com professores, gestores e especialistas abertos à participação pública são realizados por todo o Brasil para debater a segunda versão da BNCC. Em agosto, começa a ser redigida a terceira versão, em um processo colaborativo com base na versão 2.
2017	Em abril, o MEC entregou a terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE). O CNE elaborou parecer e projeto de resolução sobre a BNCC e homologou as etapas da educação infantil e do Ensino Fundamental.

2018	<p>Foi promulgada a Portaria nº 331, de 5 de abril de 2018 que institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular – Pro BNCC e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação.</p> <p>Em 8 de novembro, o Conselho Nacional de Educação (CNE) elaborou o parecer CNE/CEB nº 3/2018 com a aprovação da atualização das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Ensino Médio.</p>
------	--

Adaptado do site: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/bncc-conheca-as-10-competencias-gerais-da-educacao-basica>

A aprovação e publicação da BNCC passam a constituir-se uma política nacional de educação básica. O documento é uma obrigatoriedade nacional para a elaboração de currículos dos sistemas e redes escolares de todo o país, além de servir para propostas pedagógicas das instituições escolares. O seu conteúdo também contribuiu para que outras políticas fossem alinhadas, seja nos âmbitos federais, estaduais e municipais, essas ações buscam a formação e qualificação de professores, avaliação, elaboração de conteúdos educacionais e critérios para infraestrutura para o desenvolvimento da educação.

2.2 BNCC como um farol para a educação

Sendo o Brasil o quinto maior país do mundo, havia a necessidade de se ter um documento que orientasse todo o território nacional, por isso a BNCC surge como um farol para a educação brasileira. Não significa que ela será os currículos escolares, na verdade o documento embora caminhe o mais próximo possível, não pode ser considerado dessa forma.

Isso vem a surgir, pois a LDB aprovada em 1996 não supriu a demanda, por isso era necessário um documento para fazer uma avaliação maior. Esse documento tinha que conter um apanhado geral – nacional – de tudo que fosse considerado indispensável para os alunos.

Dessa forma, quando se olha para a BNCC ela não é considerada um currículo, mas o farol que ilumina, mostrando o caminho para onde o ensino deve ir, isso para que as crianças possam aprender. Esse anseio começa em 2013 sendo consolidada em 2018.

Para se chegar à versão final foi preciso a aprovação do conselho nacional de educação, nesse ponto, vale destacar a quantidade de pessoas que participaram da elaboração desse documento, ou seja, profissionais de várias categorias bem como estados. Todas elas foram responsáveis, por analisar, fazer questionamentos, dá sugestões, até se torna um documento consolidado. Na história de elaboração desse documento percebemos a dinâmica e participação social na elaboração de um documento nacional para a educação.

Por isso, quando se diz que a BNCC não é um currículo, devemos pensar que ela busca trazer um apanhado de aprendizagens essenciais. A BNCC por ser um marcador de final vai deixar a cargo das metodologias a decisão de currículo, bem como do processo de avaliação do trabalho escolar. Portanto, ela não supre as necessidades dos estados e municípios, mas as escolas ao elaborarem seu currículo devem observar as propostas pedagógicas orientadas pela BNCC.

Seguindo o histórico de eventos que antecederam a publicação da BNCC. Em 2017 o CNE aprovou a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Esse documento instituiu e orientou a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e determinava modalidades no âmbito da Educação Básica. No artigo 5º, a Resolução explicita a BNCC como referência para que instituições pudessem construir e revisassem seus currículos.

Deve ficar claro, portanto, que a BNCC não é currículo. Mas há uma relação de complementaridade entre BNCC e currículo. Como se descreve no documento, os currículos devem adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos. (BNCC, 2017, p. 16)

O diretor, pedagogo ou mesmo o professor deve entender que a BNCC deve fundamentar a concepção, formulação, implementação, avaliação e revisão dos currículos, e conseqüentemente das propostas pedagógicas das instituições escolares (Resolução CNE/CP 2/17, Art. 5, § 1º).

Além disso, a BNCC, enquanto referência nacional, instrui para a articulação e coordenação de políticas e ações educacionais desenvolvidas em âmbito nacional, especialmente em relação à formação de professores, à avaliação da aprendizagem, à definição de recursos didáticos e aos critérios definidores de infraestrutura ade-

quada para o pleno desenvolvimento da oferta de educação de qualidade (Resolução CNE/CP 2/17, Art. 5, § 1º).

Analisando o segundo parágrafo do referido artigo que afirma:

§2º A implementação da BNCC deve superar a fragmentação das políticas educacionais, ensejando o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e balizando a qualidade da educação ofertada (Resolução CNE/CP 2/17, Art. 5º.)

Sobre o direcionamento dessa orientação as redes de ensino e escolas estaduais, distritais e municipais iniciaram a elaboração de seus currículos considerando a BNCC. Por ser um documento normativo, a BNCC possui fundamentos, no caso ela se apoia em dois fundamentos pedagógicos, a saber educação integral e foco no desenvolvimento de competências.

Sobre esses dois fundamentos vale comentar que quando a base estabelece a formação de uma educação integral, ela não está relacionando ao ensino integral, embora este faça parte, mas ela está se referindo a um desenvolvimento para o aluno que provoque uma capacidade de análise por um todo dos fatos, ou seja, que ele consiga desenvolver os aspectos biopsicossociais e afetivos.

Assim a educação trata do desenvolvimento da criança como um todo, pois o aluno ao ir para escola não vai apenas com seus aspectos cognitivos, ele vai com seus anseios e desejos, experiências benéficas e maléficas de vida. Assim quando se passa um conteúdo em sala de aula espera-se que ele não pegue esse conteúdo guarde em sua mochila e leve para casa e deixe em um canto até a próxima aula, mas sim que ele possa utilizar em sua vida.

2.3 As competências gerais da educação básica.

Durante a elaboração e posteriormente a sua publicação, a BNCC é o resultado de uma busca por um compromisso com a educação integral e o foco no desenvolvimento de competências, esses são os fundamentos pedagógicos de apoio da BNCC. Ao estabelecer a formação e o desenvolvimento humano global como um de seus fundamentos, a BNCC assume uma visão integral das pessoas por ela atendida.

Isso significa que os alunos devem ser preparados para atuar com discernimento e responsabilidade, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e

aprender com as diferenças e diversidades, ter autonomia para tomar decisões e, ainda, aprender a aprender. Essa visão de aluno não se concretiza por meio de práticas pedagógicas que privilegiam apenas a transmissão ou o acúmulo de informações. E é nesse ponto que se destaca o desenvolvimento de um currículo orientado por competências, o segundo fundamento pedagógico da BNCC. Essas competências servem como balizas para a construção de novas propostas de ensino e asseguram aos estudantes os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, veja:

Quadro II

	Competências gerais de forma resumida	Competências gerais de forma ampla, conforme texto da BNCC
01	Conhecimento	Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural para entender e explicar a realidade (fatos, informações, fenômenos e processos linguísticos, culturais, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e naturais), colaborando para a construção de uma sociedade solidária.
02	Pensamento científico, crítico e criativo.	Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e inventar soluções com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
03	Repertório cultural	Desenvolver o senso estético para reconhecer, valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também para participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
04	Comunicação	Utilizar conhecimentos das linguagens verbal (oral e escrita) e/ ou verbo-visual (como Libras), corporal, multimodal, artística, matemática, científica, tecnológica e digital para expressar-se e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e, com eles, produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

05	Cultura digital	Utilizar tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas do cotidiano (incluindo as escolares) ao se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas.
06	Trabalho e projeto de vida	Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao seu projeto de vida pessoal, profissional e social, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
07	Argumentação	Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
08	Autoconhecimento e autocuidado;	Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas e com a pressão do grupo.
09	Empatia e cooperação	Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer.
10	Responsabilidade e cidadania	Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com base nos conhecimentos construídos na escola, segundo princípios éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Adaptado do site: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/bncc-conheca-as-10-competencias-gerais-da-educacao-basica>

Ao ler as dez competências da Educação Básica, você pode identificar algumas diferenças entre o aluno de hoje e o aluno mais passivo de anos atrás, sendo importante entender que o momento histórico atual e a perspectiva de futuro demandam alunos com outra visão de mundo, preparados para lidar com críticas em um ritmo mais dinâmico em decorrência dos avanços tecnológicos. Como escreve Lídia Goldenstein, “o telefone fixo demorou 75 anos para alcançar 50 milhões de usuários, o rádio levou 38 anos, a TV, treze anos, a internet, três anos, o *Facebook*, apenas um ano, e o jogo *Angry Birds*, incríveis 35 dias”. O essencial é que se perceba que, embora a BNCC não defina uma metodologia de ensino, a formação desse aluno caracterizado nas dez competências só pode ser alcançada por meio de metodologias ativas.

A BNCC apresenta competências gerais que devem ser desenvolvidas por todos os alunos ao longo da Educação Básica. Também define competências específicas para as áreas e os componentes curriculares do Ensino Fundamental. Além delas, há habilidades descritas para os componentes ao longo dos nove anos.

Para explicitar as aprendizagens que devem ser garantidas ao longo da Educação Básica a fim de assegurar, como resultado do processo de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento das competências gerais, a BNCC tem uma estrutura própria para cada etapa – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em conformidade com seus fundamentos pedagógicos e com os ordenamentos legais.

Ainda que essa estrutura não represente um modelo único de arranjo curricular que obrigatoriamente deve ser adotado nos currículos e propostas pedagógicas, porém deixa claro que explicitar do que se espera que todos os alunos aprendam em diferentes momentos de sua escolarização, de modo a subsidiar sistemas, redes e escolas.

Quadro III

Educação Infantil		
Direitos de aprendizagem e de desenvolvimento	Campos de experiência	Objetos de aprendizagem e desenvolvimento
São seis direitos de aprendizagem e desen-	São cinco campos nos quais as crianças podem aprender e se de-	Os objetivos são organizados por faixa etária

<p>volvimento:</p> <p>Conviver; Brincar; Participar; Explorar; Expressar e Conhecer-se.</p>	<p>envolver:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O eu, o outro e o nós; 2. Corpo, gestos e movimentos; 3. Traços, sons, cores e formas; 4. Escuta, fala, pensamento e imaginação; 5. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. 	<p>(bebês, crianças muito pequenas, crianças pequenas) para cada campo de experiência.</p>
---	--	--

Ensino Fundamental (anos iniciais e finais)				
Áreas do conhecimento:	Componentes:	Unidades Temáticas:	Objetivos de conhecimento:	Habilidades:
<p>São cinco áreas do conhecimento, conforme definidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais: LINGUAGENS, MATEMÁTICA, CIÊNCIAS DA NATUREZA, CIÊNCIAS HUMANAS e ENSINO RELIGIOSO. Há competências estabelecidas para cada área.</p>	<p>São nove componentes curriculares, abrigados nas áreas do conhecimento: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e língua inglesa (LINGUAGENS), matemática (MATEMÁTICA), ciências (CIÊNCIAS DA NATUREZA), história e geografia (CIÊNCIAS HUMANAS), ensino religioso (ENSINO RELIGIOSO). Há competências específicas estabelecidas para cada um dos componentes.</p>	<p>As unidades temáticas definem um arranjo dos objetos de conhecimento ao longo do Ensino Fundamental adequado às especificidades dos diferentes componentes curriculares. Há unidades temáticas comuns aos anos iniciais e finais e unidades temáticas específicas para cada fase do Ensino Fundamental.</p>	<p>Referem-se a conteúdos, conceitos e processos mobilizados em diferentes habilidades, relativos a cada unidade temática.</p>	<p>Expressam as aprendizagens essenciais relativas aos objetos de conhecimento que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares.</p>

2.4 ANÁLISE DA BNCC E A LITERATURA INFANTIL

A BNCC considera a criança como sujeito histórico e de direitos. Tendo em vista, que a BNCC na educação infantil tem seus eixos estruturantes na sua organização curricular: interações e brincadeiras. Esses eixos integram os direitos de aprendizagens e desenvolvimento das crianças na BNCC. Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento compõem um conjunto de fazeres: pessoais, sociais e naturais. Que oferecem condições às crianças de procederem sob os ambientes e vivências sugeridas. Na educação infantil são propostos 6 direitos para à criança, que são descritos no documento como: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos estão estruturados dentro dos eixos interações e brincadeiras e a Base organiza o currículo para a Educação Infantil em cinco campos de experiências:

- O eu, o outro e o nós;
 - Corpo, gestos e movimentos;
 - Traços, sons, cores e formas;
 - Escuta, fala, pensamento e imaginação
 - Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.
- BRASIL, 2008. p. 15.

Estes campos são descritos “um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural” (BRASIL, 2017, p. 38).

Dentre os campos de experiência, a literatura infantil, é mencionada de forma direta no campo: “Escuta, fala, pensamento e imaginação”. No qual especifica o seguinte conceito:

Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.” (BRASIL, 2017, p. 40)

O conceito de leitura na BNCC, direciona o trabalho pedagógico à proposta do convívio com diferentes textos, pelo qual as crianças construirão sua própria concepção da língua escrita. No documento, o educador será o mediador da leitura, dessa forma, a criança organizará conhecimentos sobre leitura. O texto aborda à importância dos rabiscos e garatujas, mas não especifica sobre a prática de leitura e nem os métodos utilizados nessa proposta de interação com a criança. Entretanto, a BNCC dá a entender que essa prática de leitura proporciona o diálogo entre o professor e a criança, sobre a produção de escrita aparece no quadro: Objetivos de aprendizagens e desenvolvimento.

Esses objetivos de aprendizagem e desenvolvimento aparecem em um quadro com a descrição dos objetivos, organizados por três grupos de faixas etárias: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses); Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses). Nesse quadro presentes na BNCC (2018) os objetivos são relacionados a cada faixa etária que são demonstrados e fazem questões relacionadas à leitura, tais como: “demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos” ou então, “escolher e folhear livros, procurando orientar-se por temas e ilustrações e tentando identificar palavras conhecidas”. Ressaltando que a descrição da BNCC sobre a leitura para a Educação Infantil consiste à leitura de livros e textos em diferentes suportes e gêneros, como observa-se no trecho: “selecionar livros e textos de gêneros conhecidos para a leitura de um adulto e/ou para sua própria leitura” e, “manusear diferentes portadores textuais, demonstrando reconhecer seus usos sociais”.

Nota-se que, apesar do documento aborda uma concepção de leitura elaborada na discussão e no diálogo, reconhece o educador como mentor que define e propõe as práticas de leitura, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dão prioridade na elaboração de uma extensa lista de atividades. Ao predominar os objetivos didáticos, a BNCC diminui a possibilidade de produzir junto às crianças acontecimentos que foca na criatividade. Desse modo, a BNCC, trata o currículo de forma operatória, no qual destaca metas a serem atingidas ao final da Educação Infantil.

Ao observar, a literatura na educação infantil, fica claro que ela é mencionada dentro de um campo de experiência, descrita como material de orientação e relaciona-se com diferentes gêneros textuais, sendo meio entre conversas e diálogos. Portanto, apesar da BNCC ser um documento norteador para educação do pa-

ís, apresenta déficit na sua base, pois cita a literatura de forma indireta em seus códigos que foram apresentados ao logo da pesquisa, entretanto, não define métodos diretos de como o professor pode utilizar a literatura em sala de aula e nem mecanismos para a formação de futuros leitores. Ao observar o trabalho com a leitura na BNCC, nota-se que documento expressa uma preocupação maior em estruturar e disciplinar o currículo, não dá importância nos fundamentos da leitura como prática social de uso da língua. Desse modo, é como se a literatura fosse uma mera figurante no documento, pois não especifica como ela é trabalhada pelo professor e como deve instigar a criança.

No campo artístico-literário, a BNCC traz a proposta de possibilitar às crianças, assim como adolescentes e jovens também, as manifestações artísticas e culturais, pois pressupõem-se que o contato com a arte literária, permite a ampliação e diversificação das práticas de leitura, onde há a compreensão e fruição dos textos literários e artísticos representativos da diversidade cultural e linguística que favoreçam experiências estéticas. A base cita alguns gêneros deste campo: lendas, mitos, fábulas, contos, crônicas, canções, poemas, poemas visuais, cordéis, quadrinhos, tirinhas, charge/cartum, dentre outros. Na habilidade referente a esse objeto de conhecimento afirma que os textos literários fazem parte do mundo imaginário e apresentam uma dimensão lúdica e de encantamento, valorizando em sua diversidade cultural, como patrimônio artístico da humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criança deve começar a interagir com textos literários desde sua entrada na escola, essas são as orientações das Leis e Diretrizes que norteiam a educação básica. Isso torna o professor um elemento de extrema importância nesse processo educacional e formativo, porém, a forma que o professor desenvolve seu trabalho, é decisivo no despertar de educando para esse mundo literário, de encantos.

Durante a trajetória acadêmica, no estágio, foi perceptível a dificuldade de executar essa orientação na prática escolar, de inserir no cotidiano o uso de livros literários e a amplitude desse campo. Isso motivou a refletir sobre o papel da literatura na BNCC, analisando o que é proposto no documento e as direções dadas para a prática. A partir dos resultados da pesquisa, almeja-se colaborar com a comunidade,

bjá atuam na área educacional, aqui não nos referimos apenas ao professor, mas a todos os profissionais que compõem o quadro escolar, pois entendemos que o desempenho escolar, sendo ele bom ou ruim, resulta de um trabalho de parceria nas escolas, sendo ela entre professores, equipe gestora e funcionários em geral. Pois além do momento em sala de aula, leitura, livros, literatura são bastante trabalhados em projetos nas escolas e isso, requer parceria.

O conteúdo dessa pesquisa também colabora com a comunidade externa, pois pessoas que não possuem um vínculo direto com a área da educação, não conhecem a importância da literatura, tanto no contexto escolar quanto na formação pessoal do indivíduo. É necessário a compreensão de que a literatura é muito importante para qualquer pessoa, pois quem lê bem, articula melhor suas palavras e sua escrita.

Diante dos amentos apresentados e da análise desenvolvida ao longo do texto, podemos constatar que a BNCC, mesmo sendo um documento normativo apresenta várias dificuldades de aplicação. Nesse contexto, é importante destacar o fato de que ela não deixa claro como o ensino de literatura para a educação infantil pode ser desenvolvido.

Ainda seguindo essa lógica pode ser percebido que ela nem mesmo apresenta um foco mais detalhado nesse ponto, pois, menciona de forma direta literatura infantil apenas no campo de experiência: “Escuta, fala, pensamento e imaginação”. Tendo em vista, não possui uma base clara para o seu desenvolvimento literário e não especifica os métodos que serão utilizados para que a criança seja estimulada para desenvolver a concentração, memória, raciocínio e compreensão, para que estimule a linguagem oral e ampliem a capacidade criativa. Desse modo, não apresenta de forma clara, como pode estimular as crianças para se interessar por livros e como formar futuros leitores.

Podemos afirmar que, se a BNCC apresentasse de modo mais complexo as reflexões teórico-metodológicos sobre a inserção da literatura infantil no contexto escolar, ampliaria a concepção de leitura, potencializando a capacidade artística e criativa na formação escolar e constituição do indivíduo ao longo de sua vida, pois, ao ter uma boa base formadora em relação à leitura, provavelmente esse hábito o acompanhará ao longo de sua vida.

O educador que consegue executar em sua prática o uso da literatura, possibilita ao seu aluno um melhor desempenho linguístico e amplitude em suas rela-

ções sociais, pois a leitura é uma atividade lúdica que ao mesmo tempo que faz a imaginação “viajar”, ensina, instrui, traz novas descobertas. Através das histórias lidas e contadas, das lendas, das fábulas, dos contos é apresentada outras realidades em diferentes tempos históricos e amplia o repertório cultural assim como o vocabulário de quem a lê ou ouve.

Por fim, sabemos que os documentos que norteiam nosso sistema educacional são resultados de processos e alterações que acompanham as transformações sociais ocorridas ao longo dos anos. Espera-se que diante dos dados apresentados aqui e também em outras pesquisas com essa temática, diante da realidade que não apresenta dados tão positivos, mas que apontam uma necessidade de elevar o índice e qualidade da leitura e dos leitores, hajam mudanças significativas e sejam estabelecidas propostas que direcionem as atividades no campo literário a serem desenvolvidas no contexto educacional, pois o desenvolvimento social e educacional de cada indivíduo é consequência do conjunto de leis, políticas, metodologias e participação das famílias nesse processo.

REFERÊNCIAS

- ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. 2017.
- BRITO, Luiz Percival Leme. **No lugar da leitura – biblioteca e formação** [recurso eletrônico] / Luiz Percival Leme Brito; Rio de Janeiro: Edições Brasil Literário, 2015.
- CALVINO, Ítalo. 1923 – 1985. **Por que ler os clássicos** .Tradução Nilson Moulin. – 1ª ed. – São Paulo : Companhia das Letras, 2007.
- CASCUDO, Luís da Câmara, 1898 – 1986. **Lendas Brasileiras para Jovens** / Luís da Câmara Cascudo; ilustração de jô Oliveira. – 3ª. Ed. – Porto Alegre, RS : MGE, 2018.
- COLOMER, Teresa. **Andar entre livros : a leitura literária na escola** / Teresa Colomer : (tradução Laura Sandroni). – São Paulo : Global, 2007.
- FARIA, Maria Alice. **Como usar a literatura infantil na sala de aula** / Maria Alice Faria. – 5. Ed., 6º reimpressão. – são Paulo : contexto, 2021.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler: Em três artigos que se completam**. 29º. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- KHÉDE, Sonia Salomão. **Personagens da Literatura Infanto-Juvenil**. São Paulo, ática, 1986.
- KLEIN, Ana Maria Aparecida de Carvalho. **A importância da leitura para o desenvolvimento infantil**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03. Ed. 08, Vol. 11, pp. 81-96, Agosto de 2018. ISSN:2448-0959.
- LAJOLO, Marisa. **Literatura Infantil Brasileira: histórias e histórias** / Marisa Lajolo, Regina Zilberman. São Paulo: Editora Unesp, 2022.
- LIMA, Detimar Pereira. **Base Nacional Comum Curricular e Literatura Infantil e Juvenil**. Revista Trem das Letras. Alfenas, MG. V.9. n.2. 1-24, e022001, 2022.
- LIMA, Telma Cristiane Sasso. MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. Katál, Florianópolis v. 10 n. esp. P. 37-45 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em:29 de jul. 2024
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001, p.09-30.

PIOVESAN, Paula Bellé. NIEDERAUER, Sílvia. **Veríssimo e a literatura infantil**. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumALC/article/view/668> Acesso em: 01 de jul. de 2024

PIZZANI, et. al. **A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento**. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da informação, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p.53-66, jul./dez,2012. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v10i1.1896> Acesso em: 29 de jul. de 2024

RANGEL, E. O.; ROJO, R. H. R. **Língua Portuguesa**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. V.19.

ROJO, Roxane Helena R. **Multiletramentos na escola** . Roxane Rojo, Eduardo Moura [orgs]. – São Paulo : Parábola Editorial, 2012.

SABER, Maria da Glória. **A escrita infantil: o caminho da construção** / Maria da Glória Saber. – São Paulo : Scipione, 2009. (Coleção Pensamento e Ação na Sala de Aula).

SANTOS, Diana Albuquerque. **O ensino de língua portuguesa na educação básica: a base nacional comum curricular e a reconfiguração do ensino de língua materna**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, curso de Letras, Santarém – PA, p.25. 2018.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **O Ato de Ler: Fundamentos Psicológicos para uma Nova Pedagogia da Leitura**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Leila Cristina Borges da. **Práticas de leitura na infância: imagens e representações** / Leila Cristina Borges da Silva.- Campinas, SP: Autores e representações, 2008. – (coleção Linguagens e Sociedade)

VIANA e SANTOS, Camila Rodrigues Viana e Janete Silva dos Santos. **O leitor-literário entre os muros da escolarização: análise da (in)visibilidade da literatura infantil na BNCC**. Revista ENTRELETRAS (Araguaína), v. 10, n. 2, jul/dez 2019 (ISSN 2179-3948 – online)

ZILBERMAN, Regina. **A Literatura Infantil na Escola**. São Paulo: Global, 1981.

ZILBERMAN, Regina. **Como e por que ler literatura infantil brasileira** / Regina Zilberman. – 1º ed. – Rio de Janeiro : objetiva, 2014.

ANEXO

REVISTA EXITUS, Santarém: Ufopa, 2024- ISSN 2237-9460. Trimestral.